



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de Ibiúna referente ao exercício de 2021. O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR-9, encontra-se no evento 55, arquivo 55.45.

Devidamente notificado, evento 58, o responsável pelas contas apresentou suas alegações, arquivo 87.1, evento 87.

A cargo desta Unidade está a análise dos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial do Município, tendo por base, os dados contidos no relatório da fiscalização, visando assim, dar cumprimento a r. determinação, evento 91, arquivo 91.1.

Segundo o relatório da fiscalização, os resultados apresentados foram os seguintes (evento 55, arquivo 55.45, página 60):

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARENCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (<i>superávit</i>)	3,69%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	7,46%
O <i>SUPERÁVIT</i> DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REVERTEU O <i>DEFICIT</i> FINANCEIRO VINDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR?	NÃO
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	DESFAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL
PRECATORIOS – Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATORIOS – Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM ³⁴
ENCARGOS – Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	PARCIALMENTE
ENCARGOS – Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO ³⁵
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PARCIALMENTE
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO – Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	47,35% ³⁶
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Atendido o art. 21, I e III, da LRF?	SIM
ENSINO – Aplicação na Educação – art. 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	27,46%
ENSINO – Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100%
ENSINO – Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	PREJUDICADO ³⁷
ENSINO – Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	71,36%
SAÚDE – Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	33,65%

O município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M, evento 55, arquivo 55.45, página 2:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C	C	C
i-Planejamento	B	B	C
i-Fiscal	C+	C	C
i-Educ	C	C	C
i-Saúde	C	C	C
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

O resultado do indicador do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – I-EGM, no campo do i-Planejamento e do i-Fiscal, mostra a premência de ser adotada medida de aperfeiçoamento nestes indicadores temáticos, devido a queda para a faixa “C” que caracteriza gestões como de “baixo nível de adequação”; posição que mostra falta de atenção na elaboração e na execução das peças de planejamento, prejudicando a execução das políticas públicas.

DA GESTÃO FISCAL.

(Peças Contábeis, evento 55, arquivo 55.2)

Resultado da Execução Orçamentária.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 14/15, item B.1.1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 267.430.861,02
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 251.084.911,71
(-) REPASSES DE DUODECIMOS A CÂMARA	R\$ 9.730.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODECIMOS DA CÂMARA	R\$ 3.243.937,84
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 9.859.887,15

O resultado da execução orçamentária da administração direta [Prefeitura + Câmara], com base nos dados gerados pelo sistema Audesp, foi superávit de R\$ 9.859.887,15 ou 3,69%.

O resultado da execução orçamentária e os investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2021	Superávit de	3,69%	7,46%
2020	Déficit de	11,31%	7,25%
2019	Déficit de	3,76% ¹	3,72%
2018	Déficit de	5,54% ²	1,25%

Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial.

(evento 55, arquivo 55.45, página 16/17, item B.1.2)

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ (10.343.770,32)	R\$ (26.474.704,28)	60,93%
Econômico	R\$ 28.963.735,46	R\$ 106.063.769,07	-72,69%
Patrimonial	R\$ 263.195.799,32	R\$ 237.784.605,11	10,69%

O resultado financeiro ao final do exercício foi déficit de R\$ 10.343.770,32. Em comparação ao exercício anterior, apresentou melhora, onde o resultado era deficitário de R\$ 26.474.704,28.

O resultado econômico R\$ 28.963.735,46 e o patrimonial R\$ 263.195.799,32 foram positivos.

Foi destacado pela fiscalização a ocorrência de divergências quando da apuração da evolução do resultado financeiro. A defesa informa que está realizando a conciliação dos valores e a exclusão dos indevidos, visando garantir confiabilidade das peças contábeis.

Entende esta assessoria que tal ocorrência denota possível precariedade e descontrole nos registros; assim, o Município necessita aperfeiçoar a forma como realiza os seus lançamentos, já que essas falhas ofendem os princípios da transparência e da evidência contábil e não atendem as orientações traçadas pelo Comunicado SDG nº34/2009.

Vale destacar que o resultado financeiro ajustado pela fiscalização - R\$ 37.762.870,78¹ - corresponde a quase 02 (dois) meses, mais exatamente a 55 dias de arrecadação da RCL [R\$ 254.811.633,73² / 12 = R\$ 21.234.302,81 / 30 = R\$ 707.810,09 x 53 = R\$ 37.513.934,77, situação que não é aceita pela jurisprudência mansa e pacífica desta E. Corte (eTC-6612.989.16; eTC-6483.989.16; eTC-6810.989.16; eTC-6459.989.16; eTC-6816.989.16).

Resultado financeiro do exercício anterior	2020	-R\$ 26.474.704,28
Ajustes por Variações Ativas	2021	R\$ 6.271.046,81
Ajustes por Variações Passivas	2021	
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2020	-R\$ 20.203.657,47
Resultado Orçamentário do exercício de	2021	R\$ 9.859.887,15
Ajustes da Fiscalização	2020	-R\$ 27.419.100,46
Resultado Financeiro do exercício de	2021	-R\$ 37.762.870,78

1



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUD@SP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2021

Município: Ibiúna

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R\$	%
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	254.811.633,73	100,0000 %

2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



Dívida de Curto Prazo.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 17/18, item B.1.3)

PASSIVO FINANCEIRO-ANEXO 14 A	Saldo Final Exercício em exame	Saldo Final Exercício anterior	AH %
Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	R\$ 63.167.370,25	R\$ 56.003.298,43	12,79%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 4.157.888,70	R\$ 603.997,45	588,40%
Outros			
Total	R\$ 67.325.258,95	R\$ 56.607.295,88	18,93%
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
Total Ajustado	R\$ 67.325.258,95	R\$ 56.607.295,88	18,93%

Conforme colocado pela fiscalização, a municipalidade não possuía ao final do exercício disponibilidade financeira suficiente para cobertura da dívida de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro, em razão do déficit financeiro.

Agrava a situação o fato de que a maior parte do saldo da dívida de curto prazo é formada por despesas processadas de R\$ 63.167.370,25, que já teriam cumprido os requisitos necessários ao pagamento, só não ocorrendo em razão da ausência de cobertura financeira suficiente R\$ 29.559.498,48. Necessário ressaltar a ausência de liquidez (R\$ 0,47 para cada R\$ 1,00 de dívida) necessária ao enfrentamento dos compromissos assumidos (registrados no Passivo Circulante).

Índice de Liquidez Disponível	R\$ 29.559.498,48	0,47
Índice de Liquidez Passivo Circulante	R\$ 63.167.370,25	

Dívida de Longo Prazo.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 18/19, item B.1.4)

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.524.453,20	5.782.488,70	-39,05%
Precatórios	20.197.958,35	3.457.662,40	484,15%
Parcelamento de Dívidas:	87.664.647,87	70.836.927,55	23,76%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Previdenciárias	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS	20.113.959,48	10.793.008,54	86,36%
Outras Dívidas	28.746.568,26	24.625.125,30	16,74%
Dívida Consolidada	140.133.627,68	104.702.203,95	33,84%
Ajustes da Fiscalização	10.787.229,76		
Dívida Consolidada Ajustada	150.920.857,44	104.702.203,95	44,14%

O endividamento de longo prazo sofreu uma elevação em relação ao saldo anterior de 44,14%.

Foram relatados alguns desacertos contábeis que podem afetar os resultados apresentados. Assim, deve a municipalidade observar os princípios contábeis que regem a contabilidade pública, devendo, dessa forma, apresentar sempre a documentação necessária a comprovar os valores constantes dos seus demonstrativos contábeis a fim de permitir o reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio do ente público.

Precatórios.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 19/22, item B.1.5)

Acerca do passivo judicial, foi informado que a municipalidade estava enquadrada no Regime Especial de Pagamento de Precatórios.

Foi atestada pela fiscalização a suficiência dos depósitos de competência do exercício num total de R\$ 3.330.846,00.

Foi apontada ainda possível precariedade e descontrole nos registros, em razão de divergência de valor entre os dados apresentados.

Assim, o Município necessita aperfeiçoar a forma como realiza os seus lançamentos, já que essas falhas ofendem os princípios da transparência e da evidenciação contábil e não atendem as orientações traçadas pelo Comunicado SDG nº34/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



Quanto aos requisitórios de baixa monta foi apontada a quitação de todos os requisitórios vencidos no exercício.

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Não
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Não
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim ¹²

¹² O requisitório pendente de pagamento ao final do exercício tinha vencimento em janeiro de 2022.

Encargos.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 22/24, item B.1.6)

Verificações	Guias apresentadas
1 INSS:	Sim
2 FGTS:	Sim
3 RPPS:	Prejudicado ¹³
4 PASEP:	Sim

¹³ O município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.

O relatório apontou as seguintes falhas: *Pendência no recolhimento do INSS; *Atraso no recolhimento do FGTS, acarretando no pagamento de juros e multa; encargos do FGTS referentes ao exercício de 2020 em aberto; *Cumprimento parcial dos pagamentos; * Controles precários, impedindo a validação dos pagamentos (reincidência).

Aduziu o gestor, páginas 18/19, arquivo 87.1, evento 87, que providências estão sendo tomadas para solucionar as pendências apontadas.

Penso que a não quitação dos valores no momento exato de sua competência não configura medida de gestão fiscal responsável, sendo ato diverso dos preceitos fiscais. Tendo em vista o princípio da anualidade que rege a prestação de contas das Prefeituras, s.m.j., as providências tomadas pelo senhor Prefeito, em nada afasta a irregularidade com relação à falta de realização de pagamentos, já que foram realizadas no exercício seguinte 2022.

IEG-M - iFiscal - Índice C.

(evento 55, arquivo 55.45, páginas 31/32, item B.2)

Relativamente ao encontrado no item IEG-M -I-FISCAL - Índice C, poderá, s.m.j., caber severa recomendação ao gestor para que procure melhorar a arrecadação de suas receitas tributárias próprias, caso contrário, estará praticando, indiretamente, uma forma de renúncia de receita.

Opinião desta assessoria.

Embora o resultado orçamentário do exercício aparente certo equilíbrio; por outro lado, a continuação ocorrida no déficit financeiro, em patamar superior ao aceito pela jurisprudência - por volta de 55 (cinquenta e cinco) dias de arrecadação da RCL; a falta de cobertura financeira para o pagamento do endividamento de curto prazo; o pagamento parcial dos encargos sociais, inviabilizam a emissão de juízo favorável.

O quadro delineado acima evidencia infringência ao princípio da gestão equilibrada previsto no artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao IEG-M/TCESP onde é feita a avaliação das políticas e atividades públicas do gestor municipal, conforme se observa, o Município está enquadrado como "Baixo Nível de Adequação" em razão da nota "C" auferida, resultado que pode repercutir na qualidade das políticas públicas municipais.

A meu sentir, apesar da boa situação econômico-financeira da Municipalidade, a Administração não adotou as medidas necessárias para aprimorar os serviços e o atendimento à população.

Cabe destacar que já existem diversas decisões, (eTC-2768.989.20 PM de Campos Novos Paulista, Sessão de 05/07/22 da E. 1ª Câmara); (eTC-2908.989.20 – Nova Canaã Paulista, exercício de 2020, sessão da 1ª Câmara de 10/5/22); (eTC-2996.989.20 – Santa Maria da Serra, exercício de 2020, sessão da 1ª Câmara de 26/4/22); (eTC-3127.989.20 – Mariápolis, exercício de 2020, sessão da 1ª Câmara de 26/4/22), onde foi decidido que a avaliação da gestão municipal não pode prescindir da análise de aspectos de natureza operacional e uma baixa efetividade das políticas públicas, não permite uma avaliação positiva dos demonstrativos.

Conclusão.

A Prefeitura analisada obteve, nos quatro últimos exercícios, os seguintes

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ**

Pareceres na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2020	eTC-3218.989.20	desfavorável ¹
2019	eTC-4870.989.19	desfavorável ²
2018	eTC-4529.989.18	desfavorável ³

1-decisão com trânsito em julgado em 09/08/22.

2- decisão com trânsito em julgado em 26/11/21.

3- decisão com trânsito em julgado em 15/12/21.

Assim, opino pela emissão de Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura de Ibiúna, relativas ao exercício de 2021.

Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.
A.T.J., em 16 de março de 2.023.

SÉRGIO FERRAZ DE CAMPOS LUCIANO
ASSESSORIA TÉCNICA